

Como a teoria dos sistemas pode contribuir para os estudos em jornalismo? A teoria de Luhmann aplicada ao jornalismo

Regina Cazzamatta¹

<https://orcid.org/0000-0002-7162-3219>

I - Universität Erfurt
Thüringen. Alemanha.

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar a teoria dos sistemas sociais (derivada da teoria da diferenciação) do sociólogo alemão Niklas Luhmann e discutir sua aplicação ao campo jornalístico. Enquanto na Alemanha a teoria dos sistemas é considerada dominante na pesquisa em jornalismo desde os anos 1990, renomados livros teóricos brasileiros nem sequer mencionam a teoria de Luhmann e os esforços de autores posteriores em adaptá-la ao jornalismo. Como essa perspectiva ainda não está tão bem estabelecida na América Latina, pretendemos destacar os benefícios de empregar tal abordagem nos estudos em jornalismo. Como rotinas, funções e organizações jornalísticas estão sendo radicalmente desafiadas, definições e delimitações derivadas da teoria dos sistemas podem ser úteis para descrever e analisar tais mudanças estruturais.

Palavras-chave: Luhmann; teoria dos sistemas; teorias do jornalismo; teoria da diferenciação; tradição alemã de pesquisa.

Abstract: **How can journalism studies benefit from a systems theoretical approach? Luhmann's theory applied to journalism** - This paper aims to introduce the theory of social systems (derived from the differentiation theory) of the German sociologist Niklas Luhmann and discuss its application to journalism studies. While systems theory has been considered the mainstream of

journalism research in Germany since the 1990s, renowned Brazilian textbooks do not even mention Luhmann's framework and further efforts to model it amidst journalism research. As this perspective is still not well established in Latin America, we seek to highlight the benefits of employing such an approach in journalism studies. Since journalistic routines, roles, and organizations are being radically challenged, definitions and delimitations derived from systems theory can be handy to describe and analyze such structural changes.

Keywords: Luhmann; systems theory; journalism theories; differentiation theory; the German research tradition.

Introdução

Este artigo tem como objetivo aplicar a teoria geral dos sistemas sociais — resultante da teoria da diferenciação de Niklas Luhmann (LUHMANN, 2009) — ao campo jornalístico e discutir as vantagens oferecidas por essa abordagem teórica. Nesse âmbito, o jornalismo é descrito como um sistema social responsável por desempenhar uma função social específica, indo além da correlação entre sujeito e ação social. Dentro dessa perspectiva, é possível observar em que medida o jornalismo e outros sistemas sociais (econômico, político e jurídico) interagem e, assim, estabelecer uma definição funcional do jornalismo (GÖRKE, 2008). A análise das demarcações existentes entre o jornalismo e demais sistemas sociais é, cada vez mais, uma tarefa necessária. Isso porque a função social do jornalismo tem sido fortemente contestada (HALLIN; MANCINI, 2004; SCHOLL; MALIK, 2019). Sabendo-se que a rotina e o papel social do jornalismo, bem como suas organizações, vêm sendo radicalmente desafiadas, as delimitações e os conceitos fornecidos pela teoria dos sistemas podem ser úteis para descrever e avaliar tais mudanças estruturais. Além disso, essa abordagem teórica pode ser relevante para pesquisas empíricas, pois ela permite constituir amostras com base em uma distinção clara entre jornalismo e outras formas de comunicação social (GÖRKE; SCHOLL, 2006).

Luhmann desenvolveu uma teoria dos sistemas pós-parsoniana (campo da teoria geral da diferenciação) que fornece uma estrutura incisiva e esclarecedora para identificar e distinguir o jornalismo (HANITZSCH, 2005). Embora sua obra tenha sido bem recebida pela comunidade científica de língua alemã, sua difusão internacional ficou restrita por não ter sido traduzida em muitos outros idiomas. É o caso da publicação póstuma de Luhmann intitulada *Die Politik der Gesellschaft*, que permanece sem versão em inglês.

As traduções em português são, em sua maioria, de livros sobre sociologia (RODRIGUES; COSTA, 2018) e, sobretudo, ligados à teoria jurídica. Um segundo argumento, e talvez mais plausível, para explicar a circulação limitada da obra de Luhmann reside na complexidade de sua teoria. Esta exige um nível alto de abstração, desafiando a compreensão comum da pesquisa orientada por hipóteses empíricas (SCHOLL; MALIK, 2019).

Devido, ao menos em parte, aos motivos descritos acima, a recepção das ideias de Luhmann permanece limitada no Brasil (OLIVEIRA; MAIA, 2018). Isto é particularmente visível nos estudos de mídia. Quando comparado, por exemplo, a Jürgen Habermas, Luhmann tem uma ressonância bem menor dentro da pesquisa comunicacional brasileira. Conceituadas compilações de teorias do jornalismo no Brasil (TRAQUINA, 2020a, 2020b) nem sequer mencionam o trabalho de Luhmann ou o aplicam ao campo do jornalismo. A coleção de teorias da comunicação *Teorias da comunicação, hoje*, de Ciro Marcondes Filho (2016, p. 21–23) dedica um subcapítulo à contextualização feita por Luhmann em relação à alta improbabilidade da comunicação. No entanto, o autor se debruça sobre o desenvolvimento das teorias da comunicação e não sobre a aplicação da teoria dos sistemas ao jornalismo. Além disso, Marcondes Filho escreveu um dos artigos mais relevantes sobre comunicação e ação política, no qual ele traça uma comparação entre os quadros teóricos de Habermas e Luhmann (MARCONDES FILHO, 2008). Há ainda outras publicações acadêmicas que discutem as ideias de Luhmann em relação aos estudos de comunicação, mas elas não dialogam diretamente com o processo jornalístico. Algumas concentram-se em aspectos específicos do pensamento de Luhmann, como a improbabilidade da comunicação e os meios simbolicamente generalizados (QUIROGA; TORT, 2013). Outras analisam a compreensão de Luhmann sobre a esfera pública e o processo democrático (FERNANDES, 2015).

Na América Latina, o campo da comunicação midiática é significativamente marcado pelos estudos culturais consolidados na década de 1980, pelo movimento de transformação social nos anos 1990 e pela expansão dos meios de comunicação comunitários e alternativos no começo do novo milênio (PERTIERRA; SALAZAR, 2020). Na Alemanha, por outro lado, a teoria dos sistemas é considerada “o *mainstream* da pesquisa em jornalismo”, o que não significa que outras perspectivas teóricas não sejam utilizadas no país.

Em contraste com as abordagens mais antigas da teoria do jornalismo, os teóricos dos sistemas não estão essencialmente interessados no que um indivíduo que trabalha em jornalismo faz em uma sociedade, como ele ou ela age e toma decisões, mas como, a um nível superior, diferentes sistemas sociais (tais como a economia ou a política) cumprem diferentes funções sociais. (LÖFFELHOLZ; QUANDT; THOMAS, 2004, p. 181)¹.

Diante da escassez de estudos voltados para a correlação entre os conceitos de Luhmann e o campo jornalístico, este artigo visa discutir as vantagens da utilização das teorias dos sistemas na pesquisa em jornalismo, bem como argumentar de que maneira a teoria dos sistemas podem contribuir para os estudos em jornalismo. A proposta aqui é ajudar a delinear as fronteiras entre comunicação pública e jornalismo, um ponto que vem sendo debatido há décadas dentro dos estudos brasileiros de comunicação. Este estudo se debruça sobre diversas abordagens já estabelecidas sobre a teoria dos sistemas, não tendo, portanto, um caráter inovador. Na verdade, este artigo busca instigar a comunidade acadêmica brasileira a tratar questões críticas que desafiam a prática jornalística com base em uma nova perspectiva teórica. Para isso, apresento, primeiramente, os fundamentos e os principais instrumentos da teoria geral dos sistemas sociais. Na seção seguinte, demonstro de que maneira Luhmann relaciona seu quadro teórico com a mídia no livro *A realidade dos meios de comunicação (Die Realität der Massenmedien)* e como essa obra impactou outros pesquisadores. Na sequência, descrevo como acadêmicos adaptaram a teoria de Luhmann ao jornalismo. Por fim, discuto os benefícios da teoria dos sistemas para a pesquisa em jornalismo e como desenvolver aspectos teóricos diante das rápidas e constantes mudanças nas práticas jornalísticas.

Fundamentos centrais da abordagem teórica dos sistemas de Luhmann

Considerando a complexidade da teoria de Luhmann e a ampla dimensão de suas análises, esta seção busca condensar alguns elementos essenciais de sua teoria social, especialmente aqueles que são essenciais para compreender o pensamento do autor sobre o sistema dos meios de comunicação (Luhmann, 2009 [1996]). O propósito é revisar os conceitos gerais de Luhmann em articulação com o jornalismo, conforme proposto por teóricos de *mídia* que se

1 Todas as citações diretas presentes neste artigo são tradução nossa.

debruçaram sobre a obra dele (BLÖBAUM, 2004; GÖRKE; KOHRING, 1996; GÖRKE; SCHOLL, 2006; MARCINKOWKI; BRUNS, 2004). Assim, não aspiramos esgotar os conceitos teóricos e estamos cientes de possíveis omissões.

Premissas primárias

A premissa fundamental da teoria dos sistemas estabelece que “sistemas sociais operam de forma autônoma com base na diferenciação funcional em relação ao seu ambiente” (SCHOLL; MALIK, 2019, p. 1, grifo nosso). Com base nessa distinção, o sistema adquire sua unidade e funcionalidade (BORCH, 2011). Esse contraste entre sistema e ambiente é chamado *diferenciação funcional* e minimiza as pressões ambientais ao construir estruturas internas complexas para lidar com tais interferências. Nas palavras de Luhmann, o sistema é nada mais do que a diferença ao seu ambiente (LUHMANN, 1995a), e sua função é resolver problemas específicos dentro das e para as sociedades (GÖRKE; SCHOLL, 2006). A macroteoria de Luhmann investiga se é possível estabelecer uma ordem social e se propõe a observá-la cientificamente.

Autonomia e autopoiese

Com base na obra do biólogo chileno Humberto Maturana, Luhmann utiliza o conceito de *autopoiese* (produção e reprodução das operações fundamentais dos sistemas) para descrever o desempenho recursivo de sistemas autorreferenciais. Em outras palavras, autopoiese significa a autoprodução e a cópia da comunicação nos sistemas sociais e a consciência nos sistemas psíquicos. Em suas palavras, os sistemas autopoieticos “não apenas produzem e mudam suas estruturas”, mas “tudo o que é usado como unidade pelo sistema é produzido como unidade pelo próprio sistema” (LUHMANN, 1995a, p. 3). A autopoiese refere-se apenas ao nível operacional do sistema, não envolve o domínio do ambiente externo. Em suma, os sistemas sociais são autorreferenciais, auto-organizados e autorreprodutivos. “É possível determinar um modo de operação que é encontrado apenas naquele sistema” (BARALDI; CORSI; ESPOSITO, 2021, p. 38). “A autopoiese dos sistemas sociais se baseia em seu componente elementar: a comunicação” (SCHOLL; MALIK, 2019). Os sistemas sociais existem ao passo que estabelecem limites em relação aos seus ambientes externos, ou seja, a premissa central da autonomia. No entanto, autonomia não deve ser confundida com autarquia, o que implica que os sistemas sociais não podem ser influenciados pelo seu ambiente. Por outro prisma, Luhmann considera que os sistemas sociais são fechados em relação à sua função e operações básicas, mas abertos em

termos de estrutura. Pode-se entender a autonomia dos sistemas como a seleção autodeterminada de influências ambientais (SCHOLL; MALIK, 2019).

A consequência radical dos conceitos de autonomia e autopoiese é representada pela *remoção* da consciência do sujeito, do indivíduo ou do ator. Mais precisamente, o sujeito é colocado nos sistemas psíquicos e, assim, no ambiente externo dos sistemas sociais. Luhmann desconstrói o sujeito e o estabelece como referências de sistemas. Não há espaço para individualismo metodológico, apenas para o holismo social. A teoria de Luhmann substitui o sujeito por uma realidade composta de sistemas autorreferenciais e operações observáveis. Isso significa que as pessoas são excluídas dos sistemas sociais. Essa mudança de paradigma simbolizada pela interrupção da tradição teórico-sujeito é uma das postulações mais controversas de Luhmann: só a comunicação pode comunicar.

Naturalmente, ainda pode-se afirmar que os seres humanos agem. Mas como isso sempre ocorre em situações, resta saber se e em que medida a ação é atribuída ao ser humano enquanto indivíduo ou à situação. Se alguém quiser decidir sobre essa questão, é preciso observar o processo de atribuição ao invés do ser humano na situação. (LUHMANN, 1995b, XLIV).

Acoplamento estrutural

As sociedades modernas, ao contrário das pré-modernas, são funcionalmente diferenciadas. Isso significa que todo sistema social moderno cumpre uma função específica, evitando redundância. Um sistema social não pode desempenhar a função de outro. Isso torna a sociedade moderna, por um lado, altamente efetiva na resolução de seus problemas (SCHOLL; MALIK, 2019). Por outro lado, torna as sociedades modernas vulneráveis, pois nenhum sistema (como a religião nas sociedades pré-modernas) pode controlar outros sistemas, pois nenhum deles encontra-se em uma posição hierárquica superior. Desse modo, os sistemas sociais são estruturalmente acoplados — eles estabelecem relações de observação mútua de sistemas autopoéticos, contando com as complexidades uns dos outros para desenvolver complexidades internas — e interdependentes (*ibidem*).

Dito isso, é fundamental notar que a autosseleção e a autonomia do sistema não são contestadas pelo conceito de acoplamento estrutural ou interpenetração (LUHMANN, 1995b, p. 214). Ademais, não existe hierarquia de

subsistemas sociais e, em particular, não existe representação do todo por nenhuma de suas partes. Por exemplo, o sistema político coexiste com outros sistemas funcionais da sociedade e, embora a política permita decisões coletivas vinculadas, ela não é central ou está acima dos sistemas econômicos ou legais. A economia também não é considerada um sistema dominante, como formulado em termos marxistas (GÖRKE; SCHOLL, 2006). Tal hierarquia seria incompatível com os pressupostos de diferenciação funcional e fechamento operativo (autorreferencialidade e autopoiese) dos sistemas (ALBERT, 2016). Embora a teoria de Luhmann também trate de política, ela não se caracteriza como uma teoria política. Para o sociólogo, a teoria dos sistemas seria uma “autodescrição reflexiva que integra e está dentro do sistema político” (*ibidem*).

Epistemologias construtivistas radicais

Os sistemas sociais não são um componente ontológico. Eles se relacionam estritamente com o observador, seja por auto-observação ou por um observador externo, como cientistas ou jornalistas (SCHOLL; MALIK, 2019). Aqui Luhmann substitui a distinção clássica entre sistemas *fechados* e *abertos* “pela questão de como o fechamento autorreferencial pode criar abertura” (LUHMANN, 1995a, p. 9). Com base nessa mudança de paradigma, é possível considerar a autodescrição, a auto-observação e a autossimplificação em meio aos sistemas. Assim, com essa modificação, é possível discernir, da perspectiva de um observador (por exemplo, um jornalista), a diferenciação sistema-ambiente externo da distinção sistema-ambiente aplicada pelo próprio sistema.

Relações reflexivas desse tipo não só revolucionam a epistemologia clássica sujeito-objeto e desdogmatizam e ‘naturalizam’ a teoria da ciência: elas também produzem uma compreensão muito mais complexa de seu objeto através de uma concepção teórica mais complexa. (LUHMANN, 1995a, p. 9.)

Comunicação

A comunicação é considerada uma tríplice cadeia de seleção de possibilidades e não um simples enunciado. Os sistemas sociais só são capazes de observar sentidos com base em diferentes códigos e programas. Os sistemas funcionais se diferenciam com base em códigos específicos e comunicações particulares geradas de forma simbólica (ALBERT, 2016; GÖRKE; KOHRING,

1996; LUHMANN, 1995a). O mecanismo principal refere-se à codificação binária de cada sistema. Por exemplo, a posse ou ausência de poder dentro do sistema político ou o código legal/ilegal existente dentro do sistema jurídico. Em outras palavras, sistemas funcionalmente diferenciados são especializados em um tipo específico de comunicação, determinado por seus códigos particulares (BECHMANN; STEHR, 2011). A autonomia funcional permite que a sociedade moderna seja eficaz, mas obriga cada sistema a observar a operação ativa de outros sistemas.

Luhmann descreve a comunicação como uma “unidade de três partes” (LUHMANN, 1995b, p. 142): informação (seleção de informação com base em uma gama de possibilidades de significados); enunciado (uma citação oriunda de um processo deliberativo; o motivo pelo qual a informação selecionada é veiculada) e compreensão (a observação da diferença entre informação e enunciado — isto é, a informação veiculada — deve ser compreendida por outros). Essa distinção entre informação e o ato de enunciar oferece um grande potencial de análise. Ambas as seleções exigem uma interpretação significativa do comunicador.

Em suma, a sociedade é produzida e reproduzida por meio da comunicação (não por pessoas ou ações). Isso significa que um sistema social é composto de comunicação (a unidade fundamental da autoconstituição do sistema) e sua atribuição de atividades (equipe de auto-observação e descrição). A seção a seguir discute como Luhmann aplicou a teoria dos sistemas operacionalmente fechados ao campo dos meios de comunicação de massa.

A realidade dos meios de comunicação

A obra *The reality of mass media* (1996) é considerada crucial, pois Luhmann, pela primeira vez, descreveu os meios de comunicação de massa como “um dos sistemas funcionais da sociedade moderna, que como todos os outros, deve sua maior eficácia à diferenciação, ao fechamento operacional e à autonomia autopoietica dos sistemas em questão” (LUHMANN, 2009 [1996], p. 17). O livro suscitou diversas discussões na própria mídia, a qual se posicionou contra as ideias de Luhmann (BECHMANN; STEHR, 2011). O autor propõe um sistema de mídia de massa fundamentado em três áreas programáticas: notícia/reportagem, propaganda e entretenimento (LUHMANN, 2009). Baseado no *construtivismo operacional* — uma perspectiva que não nega a existência de uma realidade externa, mas a considera inacessível ao

observador —, o eixo articulador do livro, assim como seu título, refere-se à dupla função dos meios de comunicação de massa.

A primeira *realidade dos meios de comunicação* faz alusão à não reflexão ou espelhamento de uma realidade observada pela própria mídia. Pelo contrário, os meios de comunicação constroem uma realidade sobre a qual eles comunicam diariamente por meio de notícias, propaganda e entretenimento. A realidade construída por meio da produção de sentido é resultante de um processo de seleção. A legitimidade dessa realidade pode ser preservada sob a condição de que a forma como ela é produzida, criada e consumida nos seja apresentada (LUHMANN, 2009, p. 9–18). Esse pressuposto reformulou radicalmente a perspectiva da pesquisa em comunicação de massa. O interesse de Luhmann está centrado na forma como a mídia constrói as realidades e não como ela as distorce. Para discutir distorção, seria necessário considerar uma realidade ontológica, objetiva e acessível, a qual poderia ser compreendida sem o aspecto da construção (*ibidem*). O que a mídia transmite como *real* é mera criação dela mesma. Por sua vez, a segunda *realidade dos meios de comunicação* se aplica à sequência estrutural de funcionamento do próprio sistema, ou seja, sua sequência de observação do processo que gera a realidade para si e para os outros. Nas palavras de Luhmann, “[o] que observamos agora é uma duplicação da realidade que ocorre no sistema observado dos meios de comunicação” (LUHMANN, 2000, p. 4). Portanto, os meios de comunicação podem distinguir entre autorreferência (presente em todos os modos de operação) e outras referências externas (*Fremdreferenz*) relacionadas a contextos e ambientes. Temas constroem a memória dos meios de comunicação, produzindo uma realidade de segunda ordem para outras comunicações (LUHMANN, 2000, p. 97), além de constituírem o acoplamento estrutural a outros sistemas sociais.

Luhmann considera que a invenção das tecnologias de disseminação (impresso, rádio, televisão e internet) são elementares para a fundação de um sistema de diferenciação do sistema midiático. O autor define meios de comunicação de massa como “todas aquelas instituições da sociedade que utilizam meios técnicos de reprodução para difundir comunicação” (LUHMANN, 2000, p. 2). O aspecto mais relevante de seu conceito é que “não ocorre interação entre emissor e receptor na presença de ambos” (*ibidem*). Como em outros sistemas funcionais, um código binário produz e constantemente reproduz a sequência de operações no sistema, bem como a diferença entre o sistema e seu ambiente externo. Na mídia de massa,

essa forma de comunicação é determinada pelo código específico de informação/não informação (LUHMANN, 2009, p. 28). Esta antítese será discutida nas seções seguintes. Por ora, vale observar que o código informação/não informação complementa nossa compreensão como pesquisadores do campo jornalístico, mas parece inadequado para os campos da propaganda ou do entretenimento (GÖRKE; SCHOLL, 2006).

Além de criar uma memória social que permita a continuidade da comunicação, a função dos meios de comunicação consiste em “dirigir a auto-observação do sistema social” (LUHMANN, 2000, p. 97), comunicando ao público acontecimentos escolhidos de acordo com o código de informação/não informação. Apesar das críticas, as quais abordarei na seção seguinte, a perspectiva de Luhmann sobre a mídia impacta três aspectos principais do campo da comunicação (BECHMANN; STEHR, 2011). Primeiramente, o autor rompe a relação causal entre meios de comunicação e sociedade, que busca efeitos diretos da manipulação deliberativa da mídia. A mídia influencia a opinião pública ao passo que ela define e enquadra a agenda pública. Sendo assim, não há impacto imediato. Sua segunda contribuição é reconhecer que a mídia não transmite a verdade, mas estrutura os assuntos do dia e garante a veiculação de novas informações. A mídia de massa é constituída pela seleção de programas de comunicação recursivos e autorreferenciais, e a sua função não é condicionada por valores externos como justiça e objetividade (LUHMANN, 2009). Por fim, partindo do princípio de que os meios de comunicação trabalham seletivamente, pode-se afirmar que eles não espelham, mas sim constroem sua realidade.

Críticas à *A realidade dos meios de comunicação*

A teoria dos sistemas proposta por Luhmann inspirou muitos trabalhos empíricos em jornalismo, principalmente entre os acadêmicos de língua alemã (GÖRKE; SCHOLL, 2006). Os conceitos teóricos e instrumentos estabelecidos pelo autor foram, em termos gerais, bem recepcionados pela comunidade acadêmica, ainda que algumas de suas reflexões tenham sido fortemente criticadas. Görke (2008, p. 178–179) aponta quatro principais críticas à teoria dos meios de comunicação de Luhmann, destacando algumas contradições derivadas do trabalho anterior do próprio Luhmann (seção 2). Primeiramente, o conceito de mídia fundamentado na comunicação sem interação enquanto critério definidor para um sistema social é inconsistente com a própria teoria dos sistemas sociais. Görke (2008) argumenta que interação não é algo

incomum em outros sistemas (sistemas políticos, econômicos ou mesmo jurídicos). Sendo assim, por que o sistema midiático deveria ser o único a excluir a possibilidade de inter-relação? Além disso, comunicação sem interação também acontece em outros sistemas (GÖRKE; SCHOLL, 2006).

Em segundo lugar, o autor afirma que utilizar *técnica* como base para delimitação conceitual é, nesse contexto, uma escolha contraditória. Ao colocar *Luhmann contra Luhmann*, Görke (2008, p. 178–179) pontua que “a tecnologia como critério delimitador não faz sentido”. Luhmann distingue o sistema midiático baseado no critério da distribuição técnica (impresso, rádio, TV e internet). O problema aqui não é, necessariamente, a separação entre comunicação de massa e comunicação interpessoal, mas sim a contradição no âmbito da teoria dos sistemas. Segundo o próprio Luhmann, a única maneira de delinear as fronteiras de um sistema funcional é identificando estruturas de sentido-significado (temas, comunicação simbólica em geral), isto é, a função do sistema. Em terceiro lugar, o uso do código informação/não informação parece problemático, tendo em vista que o termo *informação* indica, concomitantemente, uma das três etapas de seleção que Luhmann define como comunicação (ver acima). Em outras palavras, onde quer que ocorra contato dentro da sociedade e de seus sistemas, a seleção de informações também ocorre. Informação faz parte da comunicação em um sentido amplo (GÖRKE, 2008, p. 178). Em quarto lugar, como discutido anteriormente, Luhmann examina a prática jornalística entendendo-a como um programa midiático, assim como a publicidade e o entretenimento. No entanto, Luhmann não justifica de forma persuasiva o que as três áreas têm em comum para compor um sistema social com fronteiras e ambientes compartilhados (GÖRKE; SCHOLL, 2006; SCHOLL; MALIK, 2019). Portanto, segundo os críticos, os três programas desempenham funções diferentes e, por essa razão, devem ser diferenciados entre si (*ibidem*).

Teoria dos sistemas aplicada ao campo jornalístico

Embora Luhmann tenha aplicado as teorias da diferenciação e dos sistemas aos meios de comunicação, o sociólogo não chegou a conceber uma teoria específica do jornalismo. Ele nunca demonstrou grande interesse em descrever a função do jornalismo. Ao invés disso, dedicou-se a apreender como uma sociedade diferenciada pode compartilhar uma realidade comum (KOHRING, 2016). Manfred Rühl (1969) foi o primeiro pesquisador alemão a destacar as vantagens da teoria dos sistemas para debater o jornalismo.

A obra de Rühl tornou-se referência nos estudos de jornalismo alemão, pois foi a primeira publicação a focar os sistemas sociais organizados, e não os atores jornalísticos. Para identificar o ambiente jornalístico e distingui-lo de outros sistemas sociais altamente complexos, como a propaganda e as relações públicas, é necessário localizar a função única do jornalismo. Rühl (1980, p. 319) constata que a função primordial do jornalismo é produzir e apresentar temas de interesse público. Após refinar sua definição do processo jornalístico, Rühl (2008) passou a caracterizá-lo como

uma imposição de temas selecionados e variados de comunicação persuasiva (às vezes manipuladora), melhorando de forma deliberativa a legibilidade, a abrangência e a transparência da população mundial. [...] Sobretudo, o jornalismo reanalisa temas e informações de produção de sentido a partir de uma relação interdependente com normas e valores socialmente aceitos [...]. (RÜHL, 2008, p. 32.)

Segundo Kohring (2016), uma teoria do jornalismo fundamentada na teoria dos sistemas busca “limites comunicativos que façam sentido” (KOHRING, 2016, p. 168). Ao se refletir sobre jornalismo enquanto um sistema funcional (ou seja, autônomo e autodeterminado), as seguintes questões emergem: a) Pode-se descrever e definir o jornalismo e o ambiente externo ao sistema jornalístico de forma compreensiva? b) Pode-se determinar uma dimensão de sentido que se adeque exclusivamente à comunicação jornalística? c) Qual é a comunicação simbólica generalizada derivada do sistema (seu código binário)? d) Qual é a função social do jornalismo e qual problema social precisa ser resolvido pela formação de um sistema jornalístico? (KOHRING, 2016). Em síntese, com base nas teorias da diferenciação e dos sistemas, é necessário que exista um problema social a ser resolvido para que a questão do *sensemaking* seja respondida. Somente sob essa condição é possível traçar uma fronteira (comunicativa) entre o sistema (jornalístico) e seu ambiente. De acordo com a premissa da teoria da diferenciação, a crescente complexidade, seletividade e contingência da sociedade moderna demandam diferenciação funcional dos sistemas sociais (política, direito, ciência e jornalismo). Cada um deles desempenha uma função crucial em nome da manutenção da ordem social (HANITZSCH, 2005).

Um amplo debate apoiado na teoria dos sistemas surgiu nos estudos de jornalismo alemães na década de 1990, por meio da tese de Marcinkowski (1993). Baseado na teoria da diferenciação de Luhmann, o autor discute

o *Publizistik* como um sistema social funcional, descrevendo o jornalismo como produto da diferenciação interna do sistema editorial, ou seja, seu subsistema. Nesse sentido, o público faria parte do sistema *Publizistik*. Ainda assim, o sistema funcional é o ambiente interno do jornalismo. Desse modo, o jornalismo é considerado independente da audiência, apesar do acoplamento estrutural em relação à atenção. O código binário proposto seria publicado/não publicado. No entanto, como afirmam Scholl & Weischenberg (1998), existem algumas terminologias imprecisas na obra de Marcinkowski. Na prática, ainda segundo eles, toda a observação do sistema editorial parece derivar do jornalismo. Ademais, não é estabelecida nenhuma diferenciação entre jornalismo e outras formas de publicação não noticiosas como livros.

Blöbaum (2004) argumenta que o jornalismo floresceu ao longo de sua história como um sistema funcional da sociedade moderna, desenvolvendo sua estrutura na forma de organizações jornalísticas (mídia de massa, corporações midiáticas e redações), programas (pesquisa, seleção, apresentação e coordenação) e funções (jornalística e pública). Para o autor, a função primária do jornalismo é mediar informações atuais. Como qualquer outro sistema social, ele consiste na comunicação e deve selecionar, no meio de um fluxo intenso de informações, quais dados serão considerados relevantes ou irrelevantes (BLÖBAUM, 2016). O autor enfatiza a relativa autonomia do jornalismo sem negar que os jornalistas trabalhem sob limitações. No entanto, essas *irritações* são entendidas como influências ambientais da teoria dos sistemas. Nesse sentido, o sistema jornalístico está conectado aos seus ambientes externos de forma diferente, o que pode ser um problema. Contudo, essas relações interdependentes ou acoplamentos estruturais entre sistema e ambiente externo são percebidas, fundamentalmente, por meio de sua importância para mudanças estruturais no jornalismo (BLÖBAUM, 2016). A compreensão do jornalismo como um sistema social funcional fornece diferentes posicionamentos dentro da pesquisa em jornalismo em relação ao *design* do sistema e de seus meios simbólicos de comunicação de forma geral (código binário). Alguns estudiosos também inserem o jornalismo no subsistema da esfera pública (*Öffentlichkeit*) ou da comunicação pública.

Como qualquer outro sistema social, o jornalismo opera, em grande medida, de forma autônoma, ou, nos termos da teoria dos sistemas, autorreferencial e autopoietica. Assim, a abordagem jornalística precisa decidir, por meio de um código binário ou de sua distinção norteadora, quais temas devem ser comunicados pelo sistema jornalístico e quais pertencem ao seu ambiente

externo (MEIER, 2007). O código binário é a pré-condição do jornalismo, mas sua definição varia dentro da literatura — informação/não informação (Blöbaum, 1994; Luhmann, 2009 [1996]), publicado/não publicado (MARCINKOWSKI, 1993), associação de multissistema/não associação de multissistema (KOHRING, 1997), real/não real (GÖRKE, 1999), ou veiculada/não veiculada (WEISCHENBERG, 2014). Autonomia, no entanto, não exclui o contato com o ambiente externo. Um estímulo externo pode iniciar a auto-mudança, de acordo com sua lógica interna. “Do ponto de vista da estrutura ou ‘programas’, os sistemas são abertos ao ambiente” (GÖRKE; SCHOLL, 2006, p. 648). A mudança estrutural é uma característica fundamental dos sistemas sociais. Ao ajustar os elementos estruturais, os sistemas sociais se adaptam ao seu ambiente. Como mencionado anteriormente, essa capacidade de interagir e modificar estruturas descritas como “acoplamento estrutural” permite a inovação (BLÖBAUM, 2004).

Segundo Matthias Kohring (2016), essa fórmula de auto-observação para descrever a função primordial do jornalismo no decorrer de seu desenvolvimento teórico é coerente e plausível. No entanto, a maioria das tentativas de teoria emprega um “conceito indefinido e vago de informação” (KOHRING, 2016, p. 170). Assim como Marcinkowski (1993), o sociólogo Jürgen Gerhard (1994) define a função do sistema como uma auto-observação da sociedade, mas ele oferece um conceito mais específico de informação. O autor categoriza a esfera pública como um sistema social. A função de auto-observação é descrita como a produção de atenção a temas específicos ou temas relevantes para a sociedade. Atenção *versus* não atenção é o código binário proposto (GERHARDS, 1994, p. 87-89). No entanto, de acordo com Kohring (2016), chamar a atenção para temas específicos é a condição fundamental para o sucesso da comunicação dentro de todos os outros sistemas sociais, incluindo propaganda e relações públicas.

Kohring (1997) também conceitua a *esfera pública* como um sistema social. “A diferenciação funcional da sociedade levou a interdependências e influências complexas” (KOHRING, 2016, p. 171). Em outras palavras, devido à diferenciação funcional da sociedade moderna, “aumentam as relações interdependentes entre sistemas funcionais, mas a integração dos sistemas funcionais se torna um novo problema a ser resolvido” (GÖRKE; SCHOLL, 2006). Desse modo, esse sistema funcional tem sido diferenciado para garantir uma observação contínua dos eventos dentro da sociedade para formar expectativas ambientais mútuas, não baseadas na auto-observação do respectivo sistema

(KOHRING, 1997). Em outras palavras, a função do sistema *esfera pública* consiste em “gerar e comunicar observações sobre interdependência, isto é, relações interdependentes e complementares de uma sociedade funcionalmente diferenciada” (KOHRING, 1997, p. 248). O jornalismo é usado para descrever um sistema de serviço dominante dentro da esfera pública. Ele se comunica por meio da associação de eventos multissistemas de código binário e, portanto, o autor sugere o código associação multissistema/não associação multissistema. O jornalismo como sistema funcional da esfera pública monitora o ambiente e considera se esses eventos pertencem aos vários outros sistemas, ou seja, se eles podem adquirir significados além de sua estrutura. O processo jornalístico baseia sua decisão em aspectos como novidade e relevância (*ibidem*). Um acontecimento não é veiculado por ter ocorrido dentro de um sistema social, mas sim por sua habilidade (do ponto de vista jornalístico) de provocar e estimular ressonância em pelo menos outro sistema (KOHRING, 2016). A perspectiva de Kohring se diferencia de outras como as de Luhmann, Marcinkowski e Gerhards pelo fato de não considerar a difusão midiática como um requisito crucial para a comunicação (SCHOLL; WEISCHENBERG, 1998). A difusão técnica da comunicação não é critério para a definição do sistema funcional.

Hanitzsch também aborda a esfera pública como um sistema social para permitir a *co-orientação* social (HANITZSCH, 2005). Porém, para diferenciar o jornalismo das demais áreas da comunicação pública, o autor traça três dimensões. Reportagem, entretenimento e publicidade podem até se sobrepor, mas esses três formatos têm seus princípios próprios para gerenciar a informação e distingui-la da não informação. O autor acrescenta *relações públicas* ao modelo de comunicação pública e classifica os quatro formatos de acordo com os valores da informação (factual/ficcional) e os objetivos pretendidos.

Como a teoria dos sistemas sociais pode contribuir para os estudos em jornalismo?

Como vimos, a pesquisa em jornalismo alemã foi, até certa medida, influenciada pelo arcabouço teórico dos sistemas sociais funcionais de Luhmann. A popularidade com a qual a teoria se propagou é justificável se levarmos em conta suas vantagens. Kohring (2016, p. 173–174) e outros estudiosos (GÖRKE; SCHOLL, 2006; SCHOLL; MALIK, 2019) sintetizaram os pontos essenciais da teoria dos sistemas ao articular seus conceitos com a pesquisa em jornalismo.

Primeiramente, a teoria permite uma compreensão original do significado social da comunicação jornalística. Uma compreensão que não é ofuscada por pressupostos normativos (KOHRING, 2016, p. 173–174). Um dos principais resultados do emprego da teoria dos sistemas é a renúncia às comparações entre a realidade produzida pelo jornalismo e o mundo real, pois cada sistema constrói sua própria realidade. Sob a óptica da teoria dos sistemas, examinar se o sistema político ou as relações públicas impactam o jornalismo acaba sendo menos importante. O primordial é apreender como o jornalismo reage aos inúmeros obstáculos externos que vêm desafiando sua identidade, independência e credibilidade (GÖRKE; SCHOLL, 2006). Além disso, a teoria dos sistemas beneficia o trabalho dos comunicólogos, pois fornece uma terminologia muito mais inteligível das ferramentas disponíveis até então, permitindo uma distinção entre jornalismo e outras formas de comunicação pública.

Subsequentemente, fundamentada nos três passos da comunicação (informação/enunciado/compreensão), a teoria dos sistemas viabiliza o desenvolvimento de uma visão original sobre a relevância da seletividade da audiência. Fica explícito que o público não está situado no sistema jornalístico. Pelo contrário, o público é parte indispensável do jornalismo (KOHRING, 2016, p. 173–174). Dessa maneira, o foco da abordagem não está na compreensão psicológica dos efeitos da mídia (GÖRKE; SCHOLL, 2006). Por fim, devido ao forte contraste entre os meios de difusão (técnicos) e os meios de comunicação simbolicamente generalizados (código binário de operação), é necessário haver uma diferenciação estrita entre jornalismo e meios de comunicação de massa. Por esse motivo, pode-se afirmar teoricamente que nem tudo que é veiculado pela mídia pode ser considerado jornalismo (KOHRING, 2016, p. 173–174).

Transformações no jornalismo, dissolução de fronteiras e a abordagem sistêmica

Enquanto alguns acadêmicos profetizam o desaparecimento do jornalismo baseados na visão de que essa atividade poderá se tornar obsoleta ante um ambiente radicalmente alterado, outros sugerem o estabelecimento de um novo conceito do sistema jornalístico. Em outras palavras, a própria teoria precisa se adaptar às mudanças sofridas pelo jornalismo (LÖFFELHOLZ; QUANDT; THOMAS, 2004). Blöbaum (2004) também observa que transformações estruturais — em organizações, programas e funções — tornarão

a definição do jornalismo e de suas fronteiras mais rigorosas. Identificar o que é jornalismo é o desafio da teoria atual do jornalismo. Por exemplo, é possível identificar em meio às organizações jornalísticas múltiplas operações que já não são condizentes com a função elementar do jornalismo, isto é, fomentar uma esfera pública. As organizações buscam trabalhar de forma eficiente em termos de custos e definir suas metas editoriais com base na produção de informações, entretenimento e serviços. Nos termos da teoria dos sistemas, esse processo pode ser entendido como uma *evolução* (uma mudança estrutural radical que desafia a identidade do sistema). Blöbaum (2016) não considera que esse processo seja um indicador da extinção do jornalismo diante de sua perda de identidade. O autor afirma que uma parte ínfima do processo jornalístico permanece respaldada por sua função central, enquanto outros elementos — propaganda, relações públicas ou economia — assumem uma função de unidade interpenetrada.

Sobretudo, a partir do advento da internet e das redes sociais — e da incorporação delas à comunicação social —, comunicólogos vêm aplicando a noção de dissolução das fronteiras do jornalismo (NEUBERGER, 2009). No entanto, tal noção antagoniza conceituações baseadas na teoria dos sistemas, uma vez que a diferenciação, ou seja, traçar linhas de demarcação e fazer distinções, é crucial para sua formulação teórica (LOOSEN, 2015, 2016). Apesar dessa ruptura hipotética inicial, Loosen (*ibidem*) define o caráter fluido das fronteiras (*de-boundedness/des-limitação*), mais precisamente, sob a perspectiva da teoria dos sistemas. Esse fenômeno pode ser explicado acerca do surgimento evolutivo das novas estruturas jornalísticas, da progressão coevolutiva entre o jornalismo e o seu ambiente externo, bem como da interpenetração (acoplamento estrutural) entre o jornalismo e outros sistemas sociais. A autora estabelece ainda uma distinção entre o termo deslimitação (*de-boundedness*) — relacionado a fenômenos de dissolução das fronteiras que podem ser observados diariamente de forma empírica — e desdiferenciação (*(de)-differentiation*) — relacionado a aspectos teóricos. A análise das fronteiras fluidas dos sistemas desenvolvida na Alemanha também foi aplicada ao campo jornalístico.

Loosen (*ibidem*), alicerçada nas ideias de Luhmann, descreve as transformações acadêmicas na área do jornalismo como uma oscilação entre diferenciação e desdiferenciação, classificando tais processos como parte de uma ordem (des)diferenciada. A autora também argumenta que “enquanto nos preocupamos com a ‘dissolução das fronteiras’, as fronteiras subjacentes

permanecem sendo um objeto relevante da matéria” (LOOSEN, 2015, p. 76). A questão crucial aqui é até que ponto outros tipos de comunicação pública ameaçam a função social do jornalismo. No entanto, como apontam Pörksen e Scholl (2011), a discussão que enfatiza o processo de *des-limitação* (*de-bounding*) é, sobretudo, um pronunciamento *genérico* para todas as mudanças e transformações jornalísticas. Os fenômenos são, em sua maioria, corroborados empiricamente por meio de métodos secundários. Por essas razões, pesquisadores recomendam levar-se em consideração diferentes níveis de análise, para que se possa distinguir os fenômenos citados acima: nível macro (por exemplo, o aumento da concentração midiática e a interação com sistemas econômicos ou políticos); nível meso (por exemplo, a (des) vinculação entre departamentos editoriais e de *marketing*); nível micro (por exemplo, a vaga distinção entre empreendimentos jornalísticos centrais e não profissionais) e níveis de cobertura midiática (a fusão de informações, entretenimento e comentários). Mesmo a desvinculação entre jornalismo e suas funções públicas, entre conteúdo jornalístico e conteúdo gerado pelo público, produção e recepção implica formas de diferenciação ou leva a diferentes formas de inclusão ampla no jornalismo. De qualquer modo, Loosen (*ibidem*) observa que “as fronteiras laboriosamente traçadas [...] devem ser submetidas a uma nova discussão sob a relação alterada da comunicação na sociedade e serem, em parte, redefinidas” (LOOSEN, 2015, p. 78). Esse ajuste das ferramentas analíticas inclui, necessariamente, o espaço de comunicação que surgiu com a internet. O ponto de partida da investigação sempre envolve “traçar linhas de demarcação” (LOOSEN, 2015, p. 74), definindo assim o sistema e seus ambientes externos (meios de comunicação, jornalismo, esfera pública, internet etc.). A análise baseia-se no acoplamento estrutural ou relações interdependentes entre sistemas em uma segunda etapa. A terceira fase de análise compreende a questão da desdiferenciação e a dissolução das fronteiras previamente demarcadas.

Conclusão

Desde a década de 1990, vários estudiosos se empenham em aplicar a teoria dos sistemas sociais de Luhmann ao campo jornalístico, como demonstramos. O jornalismo foi configurado como um sistema social, ou seja, uma unidade social complexa que está entrelaçada com outros sistemas sociais (BLÖBAUM, 2016). Outros acadêmicos caracterizam o jornalismo como parte de um sistema abrangente da esfera pública (GERHARDS, 1994; GÖRKE,

1999; HANITZSCH, 2005; KOHRING, 1997). Em relação à forma como o jornalismo constrói realidades, isso não é resultado da ação de indivíduos, mas de diversos processos de comunicação em meio a ambientes externos ao sistema (WEISCHENBERG; MALIK, 2008). Ao empregar a distinção entre sistema e ambiente externo como parte do aparato teórico, essa abordagem concentra-se em funções e estruturas do jornalismo e não em atores individuais. Até que ponto o jornalismo realiza uma função única para a sociedade (seja individualmente ou associado a outras áreas da comunicação pública) permanece sendo uma discussão relevante (*ibidem*). Questões fundamentais de pesquisa contemporânea relacionam-se às definições e delimitações das fronteiras do jornalismo, as quais podem ser escrutinadas por meio das lentes da teoria dos sistemas (WEISCHENBERG; MALIK, 2008).

Tradução: Augusto Santos, Universität Erfurt

Regina Cazzamatta é doutora em estudos de comunicação e mídias na Universidade de Erfurt, onde é professora no mestrado MA Global Communication: Politics & Society. Tem experiência internacional acadêmica e em jornalismo. Tem pós-graduação pela PUC-SP, em jornalismo internacional. É autora dos livros *Brasilien-Berichterstattung in der deutschen Presse* (Frank & Timme) and *Lateinamerikab erichterstattung der deutschen Presse: Struktur und Entstehungsbedingungen* (Springer Verlag).

regina.cazzamatta@uni-erfurt.de

Referências

ALBERT, M. Luhmann and Systems Theory. In: ALBERT, M. (ed.). **Oxford Research Encyclopedia of Politics**. Oxford University Press, 2016.

BARALDI, C.; CORSI, G.; ESPOSITO, E. **Unlocking Luhmann**: a keyword introduction to systems theory. Tradução: Katherine U. Walker. Bielefeld: transcript, 2021.

BECHMANN, G.; STEHR, N. Niklas Luhmann's theory of the mass media. **Society**, v. 48, n. 2, p. 142-147, mar. 2011.

BLÖBAUM, B. **Journalismus als soziales System**: Geschichte, Ausdifferenzierung und Ver selbständigung. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1994.

_____. Organisationen, Programme und Rollen. Die struktur des journalismus in system-theoretischer perspektive. In: LÖFFELHOLZ, M. (ed.). **Theorien des journalismus**: ein diskursives Handbuch: [Lehrbuch]. Wiesbaden: VS, Verl. für Sozialwiss., 2004. p. 202-215.

_____. Journalismus als Funktionssystem der Gesellschaft! In: LÖFFELHOLZ, M.; ROTHENBERGER, L. (eds.). **Handbuch Journalismustheorien**. Springer VS Handbuch. Wiesbaden: Springer VS, 2016. p. 151–164.

BORCH, C. **Niklas Luhmann**. Abingdon, Oxon; New York: Routledge, 2011.

FERNANDES, L. C. C. Luhmann e as redes sociais. **Culturas midiáticas**. Revista do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba, v. 14, p. 36–47, 2015.

MARCONDES FILHO, C. J. R. M. Comunicação e ação política no contínuo mediático. Luhmann contra Habermas. E nós contra todos. **Revista Galáxia**, v. 15, p. 39–58, 2008.

MARCONDES FILHO, C. **Teorias da comunicação, hoje**. São Paulo: Paulus, 2016.

GERHARDS, J. Politische Öffentlichkeit. Ein system- und akteurstheoretischer Bestimmungsversuch. **KZfSS Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie**, v. Sonderheft Öffentlichkeit und soziale Bewegungen, p. 77–105, 1994.

GÖRKE, A. **Risikojournalismus und Risikogesellschaft Sondierung und Theorieentwurf**. [S.l.: s.n.], 1999.

_____. Perspektiven einer Systemtheorie öffentlicher Kommunikation. In: WINTER, C. et al. (Eds.). **Theorien der Kommunikations- und Medienwissenschaft: grundlegende Diskussionen, Forschungsfelder und Theorieentwicklungen**. Medien, Kultur, Kommunikation. 1. Aufl ed. Wiesbaden: VS, Verlag für Sozialwissenschaften, 2008. p. 173–192.

GÖRKE, A.; KOHRING, M. Unterschied, die Unterschied machen: Neuere Theorieentwürfe zu Publizistik, Massenmedien und Journalismus. **Publizistik**, v. 41, n. 1, 1996.

GÖRKE, A.; SCHOLL, A. Niklas Luhmann's Theory of Social Systems and Journalism Research. **Journalism Studies**, v. 7, n. 4, p. 644–655, ago. 2006.

HALLIN, D. C.; MANCINI, P. **Comparing media systems: three models of media and politics**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2004.

HANITZSCH, T. **Journalism Research in Germany**. In: III ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO. Florianópolis, 2005. Disponível em: <<https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.533.9974&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2022.

KOHRING, M. **Die Funktion des Wissenschaftsjournalismus Ein systemtheoretischer Entwurf**. [S.l.: s.n.], 1997.

_____. Journalismus als Leistungssystem der Öffentlichkeit. In: LÖFFELHOLZ, M.; ROTHENBERGER, L. (eds.). **Handbuch Journalismustheorien**. Springer VS Handbuch. Wiesbaden: Springer VS, 2016. p. 165–176.

LÖFFELHOLZ, M. Heterogeneous – Multidimensional – Competing. Theoretical Approaches to Journalism – An Overview. In: LÖFFELHOLZ, M.; WEAVER, D. H. (eds.). **Global journalism research: theories, methods, findings, future**. Malden, MA: Blackwell Pub, 2008. p. 15–27.

LÖFFELHOLZ, M.; QUANDT, T.; THOMAS, T. Systemorientierte Ansätze der Journalismustheorie. In: LÖFFELHOLZ, M. (ed.). **Theorien des Journalismus**: ein diskursives Handbuch. 2., vollst. überarb. und erw. Aufl ed. Wiesbaden: VS, Verl. für Sozialwiss, 2004. p. 180–183.

LOOSEN, W. The Notion of the “Blurring Boundaries”: Journalism as a (de-)differentiated phenomenon. **Digital Journalism**, v. 3, n. 1, p. 68–84, 2 jan. 2015.

_____. Journalismus als (ent-)differenziertes Phänomen. In: LÖFFELHOLZ, M.; ROTHENBERGER, L. (eds.). **Handbuch Journalismustheorien**. Springer VS Handbuch. Wiesbaden: Springer VS, 2016. p. 177–190.

LUHMANN, N. **Social systems**. Stanford, Calif: Stanford University Press, 1995a.

_____. Instead of a preface to the English edition: on the concepts “subject” and “action”. In: **Social systems**. Writing science. Stanford, Calif: Stanford University Press, 1995b.

_____. **The reality of the mass media**. Stanford, Calif: Stanford University Press, 2000.

_____. **Die Realität der Massenmedien**. 4. Aufl ed. Wiesbaden: VS, Verl. für Sozialwiss, 2009.

MARCINKOWSKI, F. **Publizistik als autopoietisches System Politik und Massenmedien**. Eine systemtheoretische Analyse. [S.l: s.n.], 1993.

MARCINKOWKI, F.; BRUNS, T. Autopoiesis und strukturelle Kopplung. Theorien zur Analyse der Beziehungen von Journalismus und Politik. In: LÖFFELHOLZ, M. (ed.). **Theorien des Journalismus**: ein diskursives Handbuch. 2., vollst. überarb. und erw. Aufl ed. Wiesbaden: VS, Verl. für Sozialwiss, 2004. p. 488–501.

MEIER, K. **Journalistik**. Konstanz; Konstanz: UTB, 2007.

NEUBERGER, C. Internet, Journalismus und Öffentlichkeit. Analyse des Medienumbruchs. In: NEUBERGER, C.; NUERNBERGK, C.; RISCHKE, M. (eds.). **Journalismus im Internet**: Profession, Partizipation, Technisierung. 1. Aufl ed. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2009. p. 19–85.

OLIVEIRA, D. B. DE; MAIA, V. M. Niklas Luhmann no Brasil: resistências acadêmicas ao estudo da teoria dos sistemas. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 5, n. 3, p. 157-179, 2018.

PERTIERRA, A. C.; SALAZAR, J. F. **Media cultures in Latin America**: key concepts and new debates. [S.l: s.n.], 2020.

PÖRKSEN, B.; SCHOLL, A. Entgrenzung des Journalismus. Analysen eines Mikro-Meso-Makro-Problems aus der Perspektive der konstruktivistischen Systemtheorie. In: QUANDT, T.; SCHEUFELE, B. (eds.). **Ebenen der Kommunikation**: Mikro-Meso-Makro-Links in der Kommunikationswissenschaft. 1. Aufl ed. Wiesbaden: VS, Verlag für Sozialwissenschaften, 2011. p. 25–54.

QUIROGA, T.; TORT, P. G. Contribuições teóricas de Niklas Luhmann: a improbabilidade da comunicação e os meios simbolicamente generalizados. **Conexão – Comunicação e Cultura**, v. 12, n. 24, p. 41–53, 2013.

RODRIGUES, L. P.; COSTA, E. G. DA. Niklas Luhmann: uma visão sistêmica (e polêmica) da sociedade. **Sociologias**, v. 20, n. 48, p. 300–309, ago. 2018.

RÜHL, M. **Die Zeitungsredaktion als organisiertes soziales System**. Überarb. u. erw. 2. Aufl ed. Freiburg/Schweiz: Universitätsverlag, 1969.

_____. **Journalismus und Gesellschaft**: Bestandsaufnahme u. Theorienentwurf. Mainz: v. Hase und Koehler, 1980.

_____. Journalism in a Globalizing World Society: A Societal Approach to Journalism Research. In: LÖFFELHOLZ, M.; WEAVER, D. H. (eds.). **Global journalism research**: theories, methods, findings, future. Malden, MA: Blackwell Pub, 2008. p. 28–38.

SCHOLL, A.; MALIK, M. Systems theory and journalism. In: SCHOLL, A.; MALIK, M. (eds.). **Oxford Research Encyclopedia of Communication**. [S.l.]: Oxford University Press, 2019.

SCHOLL, A.; WEISCHENBERG, S. **Journalismus in der Gesellschaft: Theorie, Methodologie und Empirie**. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1998.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**. Porque as notícias são como são. Florianópolis: Editora Insular, 2020a.

_____. **Teorias do jornalismo. A tribo jornalística** – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Editora Insular, 2020b. v. II

WEISCHENBERG, S. **Max Weber und die Vermessung der Medienwelt**: Empirie und Ethik des Journalismus--eine Spurenlese. Wiesbaden: Springer VS, 2014.

WEISCHENBERG, S.; MALIK, M. Journalism Research in Germany. Evolution and Central Research Interests. In: LÖFFELHOLZ, M.; WEAVER, D. H. (eds.). **Global journalism research**: theories, methods, findings, future. Malden, MA: Blackwell Pub, 2008. p. 158–171.

Artigo recebido em 21/02/2022 e aprovado em 18/04/2022.